

Sumário

Lista de abreviaturas.....	9
Apresentação.....	11
<i>I</i> Considerações iniciais	13
1.1 O dever constitucional de prestar contas	13
1.2 Origem, conceito e espécies de prestações de contas.....	15
1.3 Prestação de contas de governo	16
1.4 Prestação de contas de gestão	17
1.5 Prestação e tomada de contas especial.....	19
<i>2</i> O papel constitucional do Tribunal de Contas no processo de julgamento das contas de governo	21
2.1 O Tribunal de Contas da União (TCU) em face do Congresso Nacional	21
2.2 O parecer prévio sobre as contas do chefe do Poder Executivo.....	23
2.3 O juiz natural no julgamento das contas anuais do chefe do Poder Executivo	24
2.4 O entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o papel do Tribunal de Contas no julgamento das contas do Prefeito Municipal pela Câmara de Vereadores	26
2.5 Distinção entre a posição funcional do TCU e a dos Tribunais de Contas estaduais na aplicação de sanções aos Prefeitos Municipais.....	33
2.6 Nulidade das decisões dos Tribunais de Contas estaduais que impõem sanções aos Prefeitos Municipais.....	34
2.7 Incompetência dos Tribunais de Contas estaduais para solicitar intervenção no Município	36
<i>3</i> Julgamento das contas de gestão pelo Tribunal de Contas da União	39
3.1 Distinção entre os termos “julgar” e “apreciar”.....	39
3.2 As contas sujeitas a julgamento pelo Tribunal de Contas.....	40
3.3 Autonomia do julgamento das contas de gestão em relação ao julgamento das contas de governo	42

3.4	Autonomia do processo de julgamento de contas de gestão em relação ao processo penal e à ação civil pública.....	45
3.5	A responsabilidade dos gestores públicos e o devido processo legal de julgamento de contas.....	46
3.5.1	A índole instrumental do processo de julgamento de contas.....	47
3.5.2	A anualidade como limite objetivo do processo de julgamento de contas.....	48
3.5.3	O limite subjetivo do processo de julgamento de contas.....	50
3.5.4	Limites à informalidade no processo de julgamento de contas.....	54
3.5.5	A omissão no dever de prestar contas e o princípio da verdade material.....	56
3.6	A responsabilidade do controle interno perante o Tribunal de Contas.....	60
3.7	A responsabilidade do setor privado perante o Tribunal de Contas.....	61
3.8	As contas das empresas estatais em face do Tribunal de Contas.....	65
3.9	Aplicação de sanções aos gestores públicos pelo Tribunal de Contas.....	69
3.9.1	Distinção entre irregularidade de contas e ilegalidade de despesas.....	70
3.9.2	Incompetência do Tribunal de Contas para imputar nota de improbidade administrativa a gestores públicos (Lei Federal nº 8.429/92) e para declarar a sua inabilitação para o exercício de função pública.....	71
4	Os atos sujeitos a registro pelo Tribunal de Contas.....	79
4.1	Apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.....	79
4.2	Diligências nos processos em que são examinados atos concessivos de aposentadorias ou pensões.....	81
4.3	O procedimento de registro em face da coisa julgada.....	83
4.4	O contraditório no exame de atos sujeitos a registro.....	85
4.5	Certidões municipais e justificações judiciais de tempo de serviço.....	87

5	A atividade fiscalizadora do Tribunal de Contas	93
5.1	Inspeções e auditorias realizadas de ofício, por solicitação do Legislativo ou em virtude de denúncia	93
5.1.1	Distinção entre inspeções e auditorias	95
5.2	Fiscalização das empresas supranacionais.....	96
5.3	Fiscalização dos recursos repassados por uma entidade federativa a outra	97
5.3.1	Repercussão do inciso VI do art. 71 da Constituição no parecer prévio sobre as contas do interventor	99
5.4	Informações prestadas pelo Tribunal de Contas ao Poder Legislativo	101
5.5	Atuação do Tribunal de Contas perante a comissão mista permanente.....	101
6	Eficácia e execução das decisões do Tribunal de Contas.....	105
6.1	Os diversos tipos de decisões tomadas pelo Tribunal de Contas	105
6.2	A sustação de atos.....	106
6.3	A sustação de contratos.....	106
6.4	O controle da legalidade em sentido amplo (a inconstitucionalidade)	109
6.4.1	<i>Quorum</i> qualificado para apreciação da constitucionalidade de leis e atos do Poder Público pelo Tribunal de Contas.....	111
6.5	Impossibilidade de convalidação pelo Legislativo de ato impugnado pelo Tribunal de Contas	112
6.6	Decisões de que resulte imputação de débito ou multa	115
6.7	Falta de motivação em decisões do Tribunal de Contas	118
7	Jurisdição, composição e autonomia administrativa e financeira do Tribunal de Contas	121
7.1	Jurisdição do Tribunal de Contas	121
7.2	Autonomia administrativa e financeira do Tribunal de Contas	122
7.3	Aspectos inconstitucionais das instruções normativas dos Tribunais de Contas	127
7.4	Composição do Tribunal de Contas	132
7.5	O cargo de auditor do Tribunal de Contas	135
7.6	O Ministério Público especial junto ao Tribunal de Contas...	137
	Referências	139